LEI Nº 16.127/95

EMENTA: Disciplina gratif<u>i</u> cações dos servidores p<u>u</u> blicos na forma que dis põe e da outras providê<u>n</u> cias.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETA E EU EM SEU NOME; SANCIONO A SEGUINTE LEI:

- Art. 19 O Incentivo de Permanência em Sala de Aula previsto no Artigo 29 da Lei nº 15.760 de 22 de abril de 1993, modificado pelo Art. 3º da Lei 15.932 de 17 de agosto de 1994, assim como a gratificação de Pó de Giz prevista no Art. 58 da Lei 14.410 de 12 de maio de 1982, altera do pelo Art. 3º da Lei 15.802 de 08 de outubro de 1993, serão concedidos aos servidores inativos, ocupantes de cargos de Professor Regente A, Regente B, Monitor, Instrutor e Professor Auxiliar, do Grupo Ocupacional Magis tério, desde que à data da aposentadoria estivessem em efetivo exercício em sala de aula por mais de 02 (dois) anos.
- Art. 29 Será concedida aos servidores inativos, ocupantes do cargo de Especialista em Educação, portadores do Curso de Licenciatura Plena, do Grupo Ocupacional Magistério, a gratificação prevista no Artigo 29 da Lei nº 15.932 de 17 de agosto de 1994, com a redação dada pelo Artigo 79 da Lei 16.032, de 23 de maio de 1995, de Efetivo Exercício da Profissão calculada em 10% de sua carga horária, desde que à data da aposentadoria estivessem no exercício das funções próprias do cargo.
- Art. 39 Os profissionais de Nível Superior do Quadro Geral da Prefeitura da Cidade do Recife, ocupantes de cargo de Contador, Economista, Administrador, Estatístico, As sistente Social, Comunicador Social, Psicologo, Nutri cionista, Bibliotecário, Sociólogo, Técnico em Desen volvimento Social, Técnico em Relações Públicas, Téc nico de Nível Superior, Terapêuta Ocupacional, Técni co de Administração em Recursos Humanos e Biólogo, passam a perceber a Gratificação de Atividade no per centual de 100% (cem por cento) sobre o ponto de ven cimento NS-5, da Tabela de Vencimento Básico do dro Geral de Pessoal, sem prejuízo de gratificações que venham percebendo, excetuando-se as gratificações de localização e de serviço essencial à saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo aplica-se aos profissionais de nível universitário nominados no "Caput" deste artigo, pertencentes aos Quadros de Pessoal da Fundação de Cultura Cidade do Recife, da extinta Fundação Guararapes e do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães.

Art. 49 - Fica alterado o artigo 10 da Lei nº 15508 de 31/07/91 que passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Art. 10 Ficam instituídas nos Gabinetes do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretarias Municipais e Coordena dorias, Gratificações de Encargo de Gabinete para motorista, conforme o equivalente aos símbolos e quantitativos abaixo:
- a) Quatro (04) encargos de Gabinete do Prefeito, sendo 02 correspondentes ao símbolo CSEC e dois ao símbolo CTOR;
- b) 02 (dois) encargos de Gabinete do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e Coordenadorias correspon dentes ao símbolo CTOR".
- Art. 59 O Parágrafo 19 do artigo 49 da Lei nº 15.559 de 27 de dezembro de 1991 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PARÁGRAFO 19 - Aplicar-se-á a vantagem prevista no "Caput" deste artigo aos servidores lotados na Secretaria de Finanças exclusivamente no serviço de Atendimento ao Contribuinte do Centro de Orientação ao Contribuinte - COC, bem como aos ocupantes do cargo de Técnico de Contabilidade, no limite máximo de 20, quando no exercício da profissão no âmbito da Diretoria Geral de Administração Financeira e da Diretoria Geral de Contabilidade do Município da Secretaria de Finanças".

- Art. 69 O artigo 124 da Lei nº 14.728 de 08 de março de 1985, com a alteração prevista na Lei nº 15.054 de 07 de março de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 124 Será assegurada a percepção integral da im portância correspondente ao tempo de duração da licen ça-prêmio referente ao último período não gozado pelo funcionário, em caso de falecimento ou aposentadoria, observado o disposto no parágrafo 19 do artigo 120 deste estatuto".
- Art. 79 As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
- Art. 89 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto aos artigos 19 e 29, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir de 01 de janeiro de 1996.
- Art. 99 Revogam-se as disposições em contrário.

Récife, 18 de dezembro de 1995.

CALLACTER DE FEITO

a) Jarbas de Andrade Vasconcelos.